

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Banco Topázio S.A. relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, no qual atingimos o resultado líquido de R\$12.076 mil. Em 2022, seguimos ampliando nossa atuação no mercado de câmbio e de prestação de serviços. A parceria firmada em dezembro de 2020 com a EBANX, foi aprovada pelo BACEN em setembro de 2021, fortalecendo a atuação do Banco nesse mercado. A concessão de crédito retomada no segundo semestre de 2020 segue em ambiente controlado. **Governança Corporativa** - Em linha com as boas práticas de governança corporativa do segmento financeiro, o Banco Topázio busca permanentemente o aperfeiçoamento do seu sistema de gestão institucional, de forma a proporcionar maior transparência, equidade e segurança na tomada de decisão. Para isso, possui Comitês estruturados que possibilitam a ampla discussão de todas as questões relevantes, suportando à Administração na condução do processo de decisão, objetivando o cumprimento das diretrizes e busca dos melhores resultados, dentro dos mais elevados padrões éticos. Cabe ao Comitê Executivo de Riscos e de Capital e a área de Auditoria Interna verificar o cumprimento dos princípios da boa governança corporativa. **Ouidoria** - O Banco Topázio S.A disponibiliza canais para acolher opiniões, críticas e reclamações, com pilares na transparência e confidencialidade no seu relacionamento, em observância às normas legais e regulamentares relativas ao direito do consumidor de modo a atender o previsto na Resolução nº 4.860/2020 do Conselho Monetário Nacional e demais normativos relacionados. O Banco Topázio preza pela ética nas suas relações, disponibilizando a todos os públicos com os quais se relaciona, nossas diretrizes, firmando o compromisso

público com a orientação ética e a gestão sustentável de seu negócio. Os canais de ouvidoria estão disponíveis em www.bancotopazio.com.br. **Compliance** - A Área de Compliance é responsável pela coordenação da elaboração e implantação de políticas, planos e procedimentos internos, bem como pelo acompanhamento das demandas regulatórias, por meio de metodologia direcionada ao gerenciamento do risco de conformidade, de modo a atender à Resolução nº 4.595/2017 do Conselho Monetário Nacional e demais normativos relacionados. Pautada nas melhores práticas de governança corporativa, a área de Compliance, têm como objetivo a elaboração, atualização e manutenção do programa de Compliance, ferramenta utilizada para assegurar que a gestão dos negócios seja executada em conformidade com as diretrizes estabelecidas. **Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo** - A prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo é uma preocupação crescente na sociedade, portanto, nosso compromisso é estar em linha com as boas práticas, combater sistematicamente situações de risco ao Banco Topázio e cooperar com os esforços das autoridades governamentais de controle. Desta forma, a área de PLD/CFT é responsável por implantar políticas de Conheça seu Cliente, Conheça seu Funcionário, Conheça seu Fornecedor, Conheça seu Parceiro, pelo monitoramento e acompanhamento de operações financeiras atípicas, multiplicação da cultura de PLD/CFT, comunicações de operações suspeitas ao COAF, bem como, a realização de comitês periódicos envolvendo a alta administração. **Gestão de Riscos** - A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco Topázio responde pelo conjunto de políticas, estratégias, processos e métodos voltados ao controle e

gerenciamento integrado dos riscos de crédito, liquidez, mercado, operacional, controles internos, e do gerenciamento de capital. Essa estrutura é encabeçada pela Diretoria Executiva, que com o apoio do **Comitê Executivo de Riscos e Capital** avalia os níveis de Apetite por Riscos e supervisão a atuação do CRO e do restante da estrutura de gestão de riscos. O **Gerenciamento de Capital** do Banco Topázio prevê políticas e estratégias que estabeleçam procedimentos destinados a manter o nível de capital regulatório compatível com os riscos incorridos e seu planejamento estratégico. No **Risco de Mercado** utiliza-se ferramentas como o Value at Risk (VaR), ΔNII e cenários de estresse para identificação e avaliação dos riscos existentes e potenciais. A gestão do **Risco de Crédito** a gestão utiliza-se do monitoramento e controle de diversos indicadores que avaliam a inadimplência, provisão, concentração, mitigadores entre outros indicadores de qualidade da carteira. A gestão do **Risco de Liquidez** consiste no monitoramento do fluxo de caixa diário, projetado para um horizonte de um ano. O **Risco Operacional** é monitorado através da análise de impacto e probabilidade dos riscos mapeados além da base de perdas operacionais. **Controles Internos** consiste em garantir a implementação, execução e gerenciamento das atividades inerentes às rotinas operacionais das áreas, observando a aplicação dos controles internos chave para mitigação de riscos. O relatório contendo a descrição detalhada da estrutura e do processo de gerenciamento de riscos e capital no Banco Topázio está disponível na seção Institucional/Relação com Investidores do endereço eletrônico www.bancotopazio.com.br

Porto Alegre (RS), 30 de agosto de 2022

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	06/2022	12/2021	Passivo	06/2022	12/2021
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 4)	519.405	370.845	Depósitos e demais instrumentos financeiros	1.587.153	1.477.006
Disponibilidades	110.407	44.849	Depósitos à vista (Nota 9.a)	109.389	108.069
Aplicações interfinanceiras de liquidez	408.998	325.996	Depósitos a prazo (Nota 9.a)	1.226.532	1.231.097
Instrumentos financeiros (Nota 5)	1.316.496	1.318.250	Depósitos em moedas estrangeiras	21.870	10.100
Relações interfinanceiras	15.233	23.201	Obrigações por operações compromissadas (Nota 9.b)	172.945	105.322
Relações Interdependências	1.497	-	Recursos em trânsito de terceiros	53.444	22.418
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	260.412	311.629	Relações interfinanceiras	2.973	-
Operações de crédito	84.076	104.975	Provisões (Nota 10)	1.880	1.751
Títulos e créditos a receber	955.278	878.445	Provisões para contingências	1.880	1.751
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 5)	(11.684)	(11.172)	Outros passivos	1.302.839	196.289
Créditos tributários (Nota 6)	5.550	5.064	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	5.629	1.976
Outros ativos	1.204.159	122.409	Carteira de câmbio (Nota 7.a)	1.191.931	94.186
Carteira de câmbio (Nota 7.a)	1.178.110	93.470	Fiscais e previdenciárias	16.258	17.977
Rendas a receber	333	343	Diversas (Nota 11)	89.021	82.150
Negociação e intermediação de valores	143	75	Patrimônio líquido (Nota 12)	152.820	140.682
Diversos (Nota 7.c)	20.811	23.733	Capital social	192.292	192.292
Despesas antecipadas	1.160	1.056	De domiciliados no País	192.292	192.292
Bens não de uso próprio	3.602	3.732	Outros resultados abrangentes	(42)	(104)
Investimentos em participações em coligadas e controladas	784	467	Prejuízos acumulados	(39.430)	(51.506)
Imobilizado de uso (Nota 8)	6.218	5.403	Total do passivo e do patrimônio líquido	3.044.692	1.815.728
Intangível (Nota 8)	14.082	13.275			
Depreciações e amortizações (Nota 8)	(10.318)	(8.813)			
Total do ativo	3.044.692	1.815.728			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Aumento de capital	Capital a realizar	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	159.414	32.878	(16.439)	(283)	(83.015)	92.555
Lucro do semestre	-	-	-	-	17.346	17.346
Ajuste ao valor de mercado	-	-	-	(11)	-	(11)
Saldos em 30 de junho de 2021	159.414	32.878	(16.439)	(294)	(65.669)	109.890
Saldos em 1º de janeiro de 2022	192.292	-	-	(104)	(51.506)	140.682
Lucro do semestre	-	-	-	-	12.076	12.076
Ajuste ao valor de mercado	-	-	-	62	-	62
Saldos em 30 de junho de 2022	192.292	-	-	(42)	(39.430)	152.820

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: O Banco Topázio S.A. ("Banco") é uma sociedade anônima de capital fechado que opera na forma de Banco Múltiplo, com sede na Rua 18 de Novembro, 273 - Porto Alegre/RS. Tem como objetivo oferecer serviços e produtos financeiros voltados para pessoas físicas e jurídicas, como crédito, câmbio e investimentos. Atua no segmento de crédito através de operações com lastro em recebíveis de meios de pagamento e em parcerias com Fintechs oferecendo soluções de conectividade com o Sistema Financeiro. No mercado de câmbio, realiza operações com câmbio pronto, contas correntes em moeda estrangeira, remessas internacionais, pagamentos de e-commerce e diversas naturezas de transação. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: a. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009. A administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos. A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos. Em 30 de agosto de 2022, as demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Administração, bem como, autorizou a divulgação a partir dessa data. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são: **a. Apuração de resultados:** As receitas e despesas foram reconhecidas no resultado pelo regime de competência. **b. Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas com operações de crédito, imposto diferido ativo, provisão para contingências e a valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente. **c. Caixa e equivalentes de caixa:** O valor apresentado como caixa e equivalentes a caixa corresponde a ativos de alta liquidez, risco insignificante de mudança de valor e prazo de vencimento de no máximo 90 dias, contados da data de aquisição. São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Dessa forma, o valor contábil se aproxima de seu valor justo. **d. Instrumentos financeiros:** Conforme previsto na Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias, de acordo com a intenção da Administração em mantê-los até o seu vencimento ou vendê-los antes dessa data. **(i) Títulos para negociação:** São adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período classificados como ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento. **(ii) Títulos disponíveis para venda:** São aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido denominada "Ajustes com títulos e valores mobiliários", líquido dos efeitos tributários. Quando esse título e valor mobiliário é realizado, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado. **(iii) Títulos mantidos até o vencimento:** São aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **e. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados de acordo com a Circular nº 3.082/2002, do BACEN, obedecendo ao seguinte critério: **Futuros** - Contratos de derivativos estão representados por operações de futuros que são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. O valor referencial representa a quantidade de commodities mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos

movimentos de preços. **f. Operações de crédito, depósitos e demais instrumentos financeiros:** As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e as despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta retuladora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas estão atualizadas até a data do balanço. A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia de atraso é contabilizada em receitas. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas, sendo mantidas em rendas a apropriar. As operações renegociadas no período de 1º de março a 30 de setembro de 2020 que se enquadraram nos requisitos da Resolução nº 4.803/2020 do CMN foram mantidas no mesmo nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020. **g. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, com base nos percentuais de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN para cada nível de risco, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito estão classificadas observando os parâmetros mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a análise periódica da carteira e sua classificação por níveis de risco (de AA até H). As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As baixas de operações de crédito contra prejuízo (*write-offs*) são efetuadas depois de decorridos seis meses de sua classificação no *rating* "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle das operações de crédito ocorre em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais. **h. Imobilizado de uso:** O imobilizado de uso, mencionado na Nota Explicativa nº 8, está registrado ao custo de aquisição. Até junho de 2017, a depreciação era computada pelo método linear, com base nas taxas anuais de 10% para Instalações, Móveis e Utensílios e Equipamentos de Comunicação e 20% para Processamento de Dados. A partir de julho de 2017, atendendo ao CPC 27 e com base em laudo emitido por empresa especializada, a depreciação passou a ser determinada pelo valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida a conta específica de despesa. Conforme a Resolução nº 4.535/2016 do CMN, considera-se vida útil o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo. As vidas úteis estimadas dos bens Instalações, Móveis e Utensílios, Equipamento de Comunicação e Processamento de Dados são de 7 a 18 anos. Não foram identificados evidências de *impairment* nos períodos findos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021. **i. Intangível:** O intangível é registrado ao custo de desenvolvimento ou aquisição. A amortização é calculada pelo método linear. A amortização para os projetos concluídos é calculada pelo método linear, no prazo de 2 a 4 anos. **j. Redução ao valor recuperável de ativo:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. **k. Ativos e passivos em moeda estrangeira:** Os ativos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço, e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período. **l. Depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos: Depósitos interfinanceiros** - Representam captações de Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), são demonstrados pelo valor das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia. **Depósitos a prazo e recursos de aceites e emissão de títulos** - Estão representados por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGEs), pós-fixados, remunerados a taxas de juros em condições de mercado e estão registrados pelo valor captado acrescido dos encargos *pro rata* dia, até a data do balanço. **m. Provisão para imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro semestral excedente

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

	06/2022	06/2021
Receitas da intermediação financeira	245.434	194.961
Operações de crédito	14.601	35.990
Resultado de operações de câmbio (Nota 7.b)	42.822	34.824
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	36.605	9.746
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(8.784)	(477)
Operações de venda ou transferência de ativos financeiros	160.190	114.878
Despesas da intermediação financeira	(83.483)	(34.164)
Operações de captação no mercado (Nota 9.c)	(79.007)	(19.714)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-	(7.629)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(4.476)	(6.821)
Resultado bruto da intermediação financeira	161.951	160.797
Outras receitas/despesas operacionais	(139.184)	(135.844)
Receitas de prestação de serviços (Nota 13)	44.933	40.759
Rendas de tarifas bancárias	3.809	3.717
Despesas de pessoal	(17.549)	(13.602)
Despesas administrativas (Nota 14)	(58.385)	(52.673)
Despesas tributárias	(14.606)	(13.425)
Resultado de participações em coligadas e controladas	316	175
Outras receitas operacionais	11.586	5.309
Outras despesas operacionais (Nota 15)	(109.288)	(106.104)
Resultado operacional	22.767	24.953
Resultado não operacional	97	713
Resultado antes da tributação sobre o lucro	22.864	25.666
Imposto de renda e contribuição social	(10.788)	(8.320)
Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 16)	(11.274)	(7.909)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6)	486	(411)
Lucro do semestre	12.076	17.346
Lucro por ação	0,059	0,084

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

	06/2022	06/2021
Lucro/Prejuízo líquido em	12.076	17.346
Outros Resultados Abrangentes (ORA)		
Ajuste ao valor de mercado - TVM	62	(11)
Resultado abrangente total em	12.138	17.335

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

	06/2022	06/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais	22.864	25.666
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(233.754)	(145.551)
Ajustes ao resultado	4.476	6.821
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	129	(1.121)
Provisão para passivos contingentes	1.520	2.073
Depreciação e amortização	17	1
Baixa líquida de imobilizado e intangível	(317)	(175)
Equivalência patrimonial	(486)	(411)
Crédito Tributário	62	11
Ajuste Avaliação Patrimonial	-	-
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	(239.155)	(152.750)
Resultado ajustado	(210.890)	(119.885)
Variações nos ativos e passivos	129.579	(95.165)
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	51.217	(231.683)
Relações interfinanceiras	10.941	40.797
Operações de crédito	16.934	27.156
Títulos e créditos a receber	(76.833)	35.429
Outros ativos	(1.081.750)	(464.010)
Depósitos	8.525	(246.227)
Obrigações por operações compromissadas	67.623	262.099
Recursos em trânsito de terceiros	29.529	(17.764)
Outros passivos	1.103.393	499.038
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.630)	(5.282)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(88.941)	(220.332)
Atividades de investimentos	-	(4)
Aquisição de controlada	(847)	(2.029)
Aquisição de imobilizado de uso	(807)	(2.875)
Aplicação ao intangível	(1.654)	(4.908)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(90.595)	(225.240)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	370.845	460.324
Modificação na posição de caixa e equivalentes de caixa	370.845	460.324
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	239.155	152.750
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	519.405	387.834
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota 4)	(90.595)	(225.240)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

a R\$ 120. A provisão para a contribuição social sobre o lucro, a partir de março de 2020 de acordo com a Emenda Constitucional nº 103/2019, foi calculada com a alíquota de 20% (de janeiro de 2019 a 29 de fevereiro de 2020 a alíquota era de 15%). A Medida Provisória nº 1.034/2021 majora a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido para 25% entre 01 de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021 para as instituições financeiras. Em 04/2022 foi editada a Medida Provisória nº 1.115, que determina o aumento da alíquota da contribuição social sobre o lucro de 20% para 21% para os Bancos a partir de 01 de agosto de 2022. Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução nº 4.842/2020 do CMN e estão suportados por estudo de capacidade de realização. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido reconhecidos contabilmente são calculados sobre as diferenças temporárias de provisões para créditos de liquidação duvidosa. **n. Ativos e passivos contingentes:** De acordo com a Resolução nº 3.823/2009 do CMN: **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização. **Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. O Banco reconhece a provisão levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de Reais)

—☆ continuação

suficiente segurança. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões, as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação. Obrigações legais decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras. **o. Outros ativos e passivos:** Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia). **p. Resultado por ação:** O resultado por ação é calculado em Reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços. **q. Resultado recorrente e/ou não recorrente:** O Banco considera como recorrentes os resultados oriundos das operações realizadas de acordo com o objeto social do Banco. Além disto, a Administração considera como não recorrentes, os resultados que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas do Banco e resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021, o resultado do Banco foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes. **r. Mudança nas principais políticas e práticas contábeis:** A Resolução CMN nº 4.966 de 25 de Novembro de 2021 veio estabelecer novas regras de contabilização dos instrumentos financeiros pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta norma entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025, no entanto as instituições financeiras devem elaborar e remeter ao Banco Central do Brasil, até 31 de dezembro de 2022 o plano para a implementação da regulamentação contábil estabelecida nesta Resolução. O Banco enquadra-se no segmento S4, por este motivo poderá aderir a metodologia simplificada de apuração de provisão de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, diante do posicionamento do Banco Central de postergar o envio do plano de implementação bem como a divulgação do mesmo somente em notas explicativas do exercício de 2024, o Banco estará avaliando internamente as alterações que a nova norma traz e projetando a implementação, também buscando que esteja de acordo com as normas do IFRS 9.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	06/2022	12/2021
Disponibilidades	3.286	2.527
Disponibilidades em moedas estrangeiras	107.121	42.322

Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)

	06/2022	12/2021
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	199.998	159.996
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	209.000	166.000
Total de caixa e equivalentes de caixa	519.405	370.845

(a) Refere-se a aplicações em operações compromissadas, com obrigação de revenda (posição bancada). **5. Instrumentos financeiros: a. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:**

	Vencimento		06/2022		12/2021	
	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Mercado	Valor Custo	Valor Mercado	Valor Custo
Títulos disponíveis para venda						
Carteira Própria - LFT	15.861	—	15.861	15.864	49.788	49.814
Vinculados a compromisso de recompra (a)	43.026	—	43.026	43.035	6.062	6.065
Vinculados a prestação de garantia - LFT	296	—	296	296	281	280
Vinculados a prestação de garantias						
Letras Financeiras do Tesouro	—	32.531	32.531	32.589	11.499	11.558
Títulos para negociação						
Carteira Própria - LFT	24.040	14.501	38.541	38.539	144.650	144.675
Vinculados a compromisso de recompra						
Letras Financeiras do Tesouro	71.362	58.795	130.157	130.131	99.349	99.340
Total	154.585	105.827	260.412	260.454	311.629	311.732

(a) A obrigação de recompra destes títulos está registrada no passivo no valor de R\$ 172.945 (R\$ 105.322 em 31 de dezembro de 2021) e corresponde ao valor do título vendido, atualizado pela taxa pactuada no momento da venda, sendo esta a taxa do Certificado de Depósito Interfinanceiro. O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base nos preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). Os títulos classificados como mantidos para negociação estão demonstrados nos quadros acima pelos seus vencimentos originais, sendo classificados no balanço patrimonial no ativo circulante, de acordo com a Circular nº 3.068/2001. Os efeitos decorrentes do ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda foram levados à conta específica do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários, quando aplicável. Os efeitos decorrentes do ajuste a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Em 30 de junho de 2022 foi registrado o ajuste de R\$ 62 (R\$ 190 em 31 de dezembro de 2021). Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não havia operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto.

b. Relações interfinanceiras:

	06/2022	12/2021
Depósitos vinculados ao Banco Central	14.230	22.210
Correspondentes (a)	1.001	990
Outros	2	1
Total circulante	15.233	23.201

(a) Trata-se de saldos em correspondentes bancários, em sua maioria, valores mantidos em conta gráfica com a Empresa IS2B Integrated Solutions to Business S.A., para suportar o serviço de pagamento de contas e boletos, no total de R\$ 807 em 30 de junho de 2022 (R\$ 938 em 31 de dezembro de 2021) e valores mantidos em conta gráfica com a Empresa MercadoPago.com Representações Ltda., para suportar as operações de contratação de empréstimos no total de R\$ 6 em 30 de junho de 2022 (R\$ 8 em 31 de dezembro de 2021). **c. Operações de crédito:** O Banco opera produtos de crédito voltados a pessoas físicas e jurídicas. As operações com pessoas físicas são: financiamento ao consumo através de associação com varejos e emissão de dívida. As operações com pessoas jurídicas são: empréstimo de capital de giro, conta garantida e emissão de dívida. A carteira de operações de crédito apresenta a seguinte composição: (a) Composição das operações de crédito por modalidade:

	06/2022			12/2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Setor privado						
Capital de giro	46.473	22.413	68.886	59.602	25.717	85.319
Operação ativa vinculada	3.926	112	4.038	6.417	1.806	8.223
Conta garantida	10.822	330	11.152	11.193	240	11.433
Total operações de crédito	61.221	22.855	84.076	77.212	27.763	104.975

(b) Composição da carteira por vencimento:

	06/2022		12/2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Vencidos:				
Até 60 dias	—	—	1.294	4.202
De 61 a 180 dias	—	—	1.165	1.140
Acima de 180 dias	—	—	5.648	5.383
A vencer:				
Até 180 dias	—	—	28.714	39.549
De 181 a 360 dias	—	—	24.400	26.938
Acima de 360 dias	—	—	22.855	27.763
Circulante	61.221	22.855	77.212	27.763
Não circulante	—	—	84.076	104.975
Total	61.221	22.855	84.076	104.975

(c) Composição da carteira por setor de atividade:

	06/2022	12/2021
Comércio	79.207	94.444
Outros serviços	831	2.308
Pessoa física	4.038	8.223
Total	84.076	104.975

(d) Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco, Conforme disposto no art. 3º, da Resolução nº 2.697/2000 do CMN, apresentamos a composição da carteira de operações de crédito e respectiva provisão, distribuídas nos correspondentes níveis de risco, de acordo com a classificação prevista no art. 1º, da Resolução nº 2.682/1999 do CMN:

Nível risco	Operações de crédito			Provisão		
	A vencer	Vencida	Total	% carteira	(R\$ mil)	%
A	2.459	16	2.475	2,94	(12)	0,5
B	48.314	260	48.574	57,77	(486)	1
C	12.708	349	13.057	15,53	(392)	3
D	4.960	178	5.138	6,11	(514)	10
E	1.383	2.840	4.223	5,02	(1.267)	30
F	739	149	888	1,06	(443)	50
G	3.751	87	3.838	4,57	(2.687)	70
H	1.655	4.228	5.883	7	(5.883)	100
Total	75.969	8.107	84.076	100,00	(11.684)	

12/2021:

Nível risco	Operações de crédito			Provisão		
	A vencer	Vencida	Total	% carteira	(R\$ mil)	%
A	8.182	12	8.194	7,81	(41)	0,5
B	56.836	2.252	59.088	56,29	(591)	1
C	16.094	1.473	17.567	16,73	(527)	3
D	4.543	182	4.725	4,50	(472)	10
E	2.627	3.392	6.019	5,73	(1.806)	30
F	264	286	550	0,52	(275)	50
G	4.360	212	4.572	4,36	(3.200)	70
H	1.344	2.916	4.260	4,06	(4.260)	100
Total	94.250	10.725	104.975	100,00	(11.172)	

(e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

	06/2022	12/2021 (exercício)	06/2021
Saldo inicial	11.172	21.518	21.518
Constituição de provisão	6.190	15.845	10.353
Reversão de provisão	(1.783)	(6.460)	(3.520)
Créditos baixados para prejuízo	(3.895)	(19.731)	(9.337)
Saldo final	11.684	11.172	19.014
Circulante	—	7.630	11.718
Não circulante	—	3.542	7.296
	—	3.126	—

(f) Recuperação de créditos baixados:

	06/2022	12/2021	
Recuperação de créditos baixados	—	2.959	7.928

(g) Concentração dos maiores tomadores de créditos:

	06/2022		12/2021	
	(R\$ mil)	% carteira	(R\$ mil)	% carteira
10 maiores devedores	15.622	18,58	19.458	18,53
50 maiores seguintes	30.437	36,20	38.369	36,55
100 maiores seguintes	23.291	27,70	25.253	24,06
Demais	14.726	17,52	21.895	20,86
Total	84.076	100,00	104.975	100,00

(h) Créditos renegociados: O volume dos créditos renegociados foi apurado considerando os critérios descritos na Resolução BACEN nº 2.682/1999, que considera: Renegociados: a prorrogação, a novação, a concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique na alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

	06/2022	12/2021
Renegociados	3.336	3.482

(i) Títulos e créditos a receber: Refere-se a operação de antecipação de recebíveis conforme apresentado abaixo:

	06/2022	12/2021
Títulos e créditos a receber	955.429	878.526
Provisão para outros créditos	(151)	(81)
Total circulante	955.278	878.445

Em 30 de junho de 2022, o montante de receitas foi de R\$ 175.010 (R\$ 115.186 em 30 de junho de 2021), despesas foi de R\$ 164.502 (R\$ 107.981 em 30 de junho de 2021) e o resultado líquido foi de R\$ 10.508 (R\$ 7.205 em 30 de junho de 2021). Não há operações inadimplentes ou em questionamento judicial sobre os recursos ativos ou captados para essas operações.

6. Créditos tributários:

	06/2022	12/2021
Tributos diferidos	5.550	5.064
Circulante	3.616	2.821
Não circulante	1.934	2.243

8. Imobilizado de uso e intangível:

	06/2022					06/2022				
	Instalações	Móveis e utensílios	Equipamentos de comunicação	Processamento de dados	Arrendamento mercantil	Total	Licença	Implantação de produtos	Projetos de	Total
Saldo inicial em 01/01/2022	151	308	52	2.663	487	3.661	2.333	—	3.871	6.204
Aquisições	28	6	4	809	—	847	167	—	639	806
Baixas	(8)	(11)	(3)	(9)	—	(31)	—	—	—	—
Deprec./Amortiz.	(9)	(12)	(2)	(262)	(54)	(339)	(29)	—	(1.137)	(1.166)
Saldo final em 30/06/2022	162	291	51	3.201	433	4.138	2.471	—	3.373	5.844
Custo	462	462	87	4.448	759	6.218	2.541	—	11.541	14.082
Deprec./Amortiz.	(300)	(171)	(36)	(1.247)	(326)	(2.080)	(70)	—	(8.168)	(8.238)
Saldo final em 30/06/2022	162	291	51	3.201	433	4.138	2.471	—	3.373	5.844

	06/2022					06/2022				
	Instalações	Móveis e utensílios	Equipamentos de comunicação	Processamento de dados	Arrendamento mercantil	Total	Licença	Implantação de produtos	Projetos de	Total
Saldo inicial em 01/01/2021	203	338	54	342	651	1.588	—	—	6.056	6.056
Aquisições	—	1	3	2.631	—	2.635	2.374	—	1.392	3.766
Baixas	—	(3)	—	(67)	(6)	(76)	—	—	(1)	(1)
Deprec./Amortiz.	(52)	(28)	(5)	(243)	(158)	(486)	(41)	—	(3.576)	(3.617)
Saldo final em 31/12/2021	151	308	52	2.663	487	3.661	2.333	—	3.871	6.204
Custo	442	467	86	3.649	759	5.403	2.373	—	10.902	13.275
Deprec./Amortiz.	(291)	(159)	(34)	(986)	(272)	(1.742)	(40)	—	(7.031)	(7.071)
Saldo final em 31/12/2021	151	308	52	2.663	487	3.661	2.333	—	3.871	6.204

9. Depósitos e demais instrumentos financeiros: a. Depósitos a prazo e à vista: Os prazos de vencimentos das operações de depósitos a prazo estão assim segregados:

	A vencer em até de 91 dias		A vencer acima de 90 dias		Total		Total não circulante		Total não circulante	
	A vencer	A vencer	A vencer	A vencer	Total	Total	Total	Total	Total	
Depósito à vista	109.389	—	—	—	109.389	109.389	—	—	—	—
Depósito a prazo	72.178	58.889	1.095.465	1.226.532	131.067	1.095.465	—	—	—	—
Total - 06/2022	181.567	58.889	1.095.465	1.335.921	240.456	1.095.465	—	—	—	—
Depósito à vista	108.069	—	—	—	108.069	108.069	—	—	—	—
Depósito a prazo	68.119	147.090	1.015.888	1.231.097	215.209	1.015.888	—	—	—	—
Total - 12/2021	176.188	147.09								

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de Reais)

	06/2022	06/2021
Lucro/prejuízo antes do imposto de renda	22.864	25.666
(+) Adições	21.712	12.908
(-) Exclusões	(8.408)	(13.089)
Base de cálculo do imposto de renda antes das compensações	36.168	25.485
IRPJ valor corrente	(6.210)	(4.341)
IRPJ diferido	234	(629)
Lucro/prejuízo antes da contribuição social	22.864	25.666
(+) Adições	21.712	12.908
(-) Exclusões	(8.408)	(13.089)
Base de cálculo da contribuição social antes das compensações	36.168	25.485
CSLL valor corrente	(5.064)	(3.568)
CSLL diferido	252	218
Total imposto de renda e contribuição social correntes	(11.274)	(7.909)
Total imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6)	486	(411)
Total do imposto de renda e contribuição social no resultado	(10.788)	(8.320)

17. Transações com partes relacionadas: As transações com partes relacionadas compreendem, em sua maior parte, depósitos à vista e a prazo efetuados a taxas e condições usuais de mercado. **a. Transações e saldos:**

	06/2022						
	Pessoas jurídicas						
	(a) Saque e Pague	(b) Ticket	(c) Inter-metro	(d) Tec-cloud	(e) Good-Card	(j) Outras físicas (i)	Pessoas físicas (i) Total
Ativo							
Outros créditos (f)	632	93	-	-	-	19	744
Antecipação de recebíveis	- 430.501	-	-	-	-	- 105.652	- 536.153
Passivo							
Depósitos à vista	562	2.152	-	50	-	448	11 3.223
Depósitos a prazo (g)	62	445.262	15.482	734	-	117.560	2.815 581.915
Obrigações por operações	-	-	-	-	-	- 135.446	- 135.446
Outros passivos (h)	7.075	19	154	101	-	907	- 8.256
	12/2021						
	Pessoas jurídicas						
	(a) Saque e Pague	(b) Ticket	(c) Inter-metro	(d) Tec-cloud	(e) Good-Card	(j) Outras físicas (i)	Pessoas físicas (i) Total
Ativo							
Outros créditos (f)	266	60	-	-	-	22	- 348
Antecipação de recebíveis	- 314.987	-	-	-	-	- 84.448	- 399.435

A Diretoria

Contadora: Patrícia Cáren da Silveira Andrade - CRC/RS 58013/O-2

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas do Banco Topazio S.A. - Porto Alegre - RS - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Topazio S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Topazio S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração do Banco é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da

Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção

define-se o risco de liquidez como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas ou inesperadas e de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A gestão desse risco monitora o fluxo de caixa diário, projetando cenários para o horizonte de um ano, além de indicadores de liquidez de curto e longo prazos. **Risco de crédito:** Conforme Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se como risco de crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do intervirerem ou do instrumento mitigador, à reestruturação de instrumentos financeiros e os custos de recuperação. A gestão desse risco utiliza do monitoramento de diversos indicadores que demonstram os níveis de qualidade da carteira, além da exigência de capital regulatório. **Gerenciamento de capital:** Conforme Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, de avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está exposta e do planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. A gestão consiste na construção de cenários que contemplam a evolução projetada para os ativos da Instituição, bem como o resultado esperado em função das receitas e despesas orçadas. Também são construídos cenários estressados, identificando necessidades adicionais de capital em razão de quebras das premissas projetadas. **19. Patrimônio de Referência exigido:** O Banco possui o Patrimônio de Referência (PR) acima do mínimo exigido sobre os Ativos Ponderados por Risco (RWA), composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021 do CMN e demais normativos complementares. O PR do Banco é formado apenas de Capital Principal e é suficiente para cumprir os requerimentos mínimos de Capital Principal, Nível I, PR (Índice de Basileia), além de suportar também a exposição referente ao risco de taxa de juros (IRRBB) e o Adicional de Capital Principal (ACP).

	06/2022	12/2021
Patrimônio de Referência (PR)	146.977	134.478
Nível I (NI)	146.977	134.478
Capital principal - CP	146.977	134.478
Capital Social	192.292	192.292
Ajuste de Avaliação Patrimonial	42	(103)
Lucros / Prejuízos acumulados	(39.430)	(51.506)
Depósito para Suficiência de Capital	-	-
Ajustes prudenciais	(5.843)	(6.204)
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	562.821	521.927
Margem de Capital (i)	82.794	80.356
Índice de Basileia (PR/RWA)	26,11%	25,77%
IRRBB	5,08%	1,93%
Situação de Imobilização (Imob)	4,92%	4,12%
Índice de imobilização (Imob/PR)	3,35%	3,07%
(i) Margem de Capital considerando o IRRBB e ACP.		

de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 30 de agosto de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7Eduardo Tomazelli Remedi
Contador - CRC 1SP259915/O-0